



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº
51231-86.2017.8.06.0112/0

Data - Hora
12/6/2017 - 15:12



MOVIMENTAÇÃO	
EXT.	
INT.	

Dados Gerais do Processo			
Número Único	51231-86.2017.8.06.0112/0		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	Não possui autuação	Volumes	1
Just.Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
SEGURO			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
Requerido : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A			
Requerente : JORGE LUIZ RAMALAH LOURENÇO			
Rep. Jurídico : 36580 - CE JOÃO RIBEIRO COSTA NETO			
Rep. Jurídico : 36614 - CE GLAIRTON JOSÉ LIMA JÚNIOR			



MERITÍSSO JUÍZO DA _ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

SETOR DE DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE
Recebido em 06/14/2018 às 14:15 hs.
Cicero Wagner A. Feitosa
Distribuidor



PROCESSO Nº
REQUERENTE: JORGE LUIZ RAMALAH LOURENÇO
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT
OBJETO: AÇÃO PARA COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

JORGE LUIZ RAMALAH LOURENÇO, brasileiro, solteiro, portadora de cédula de identidade RG de número 20075591531, inscrito no CPF sob o número 673.544.243-15, residente e domiciliado



à Rua São Bento, nº 1125, bairro Franciscanos, com o CEP de número 63180-00, na comarca de Juazeiro do Norte-CE, vem, por intermédio do seu Patrono Judicial, que a esta subscreve (procuração anexa), com o devido acatamento e respeito, propor **AÇÃO PARA COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/001, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar-Centro, com CEP de número 20031205, na comarca de Rio de Janeiro-RJ, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir:

1. DOS FATOS:

O promovente, em 25/11/2016, foi vítima de acidente automobilístico, ocorrido nesta *urbe*, nas proximidades da Avenida Padre Cícero, bairro São José, consoante Boletim de Ocorrência anexo.

Como consequência do sinistro, o demandante veio a sofrer diversas lesões, notadamente em seu joelho, conforme demonstram os laudos e atestados médicos anexos, necessitando ser submetido a um procedimento cirúrgico incisivo.

Resta caracterizado, desta forma, a lesão no membro inferior sofrido pelo promovente, em decorrência do acidente automobilístico em análise. Desta forma, é devido o recebimento do Seguro DPVAT, a título indenizatório, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), o que corresponde a 70% do valor total expresso na tabela anexa ao artigo 3º da lei 6.194/74.

Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, o qual restou

devidamente instruído, teve seu requerimento negado pela Seguradora Ré.

Ressalta-se que referido valor encontra-se desatualizado, já que não sofreu nenhuma correção desde a sua fixação, com a edição da Medida Provisória n. 340/06, situação que merece reparo por parte deste Juízo.

Logo, diante da decisão negativa da Seguradora Ré, busca o Autor a condenação daquela ao pagamento da quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), o qual deverá ser devidamente corrigido desde o evento danoso até a data do pagamento, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n. 6.194/74.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

2.1. DA INDENIZAÇÃO DEVIDA:

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, tem origem no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe, no seu art. 20, alínea I, o seguinte:

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

[...]

I) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não; (Redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991)

A Lei n. 6.194/1974, que regulamentou o Seguro DPVAT, no seu art. 3º, elenca as hipóteses cobertas pelo seguro, bem como o valor da indenização em cada caso, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por



invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (sem grifo no original)

A Lei n. 11.945/09 acrescentou o § 1º ao art. 3º, definindo os parâmetros para estipular o grau de invalidez e, conseqüentemente o valor a ser pago.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Observa-se, desta forma, que para fazer jus à indenização ora pretendida é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: **a)** ocorrência de acidente automobilístico que resulte em lesões corporais; **b)** sequelas decorrentes das lesões que gerem invalidez permanente.

Ressalta-se que o pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente automobilístico, necessitando, para sua



perfectibilização, apenas provas simples das despesas oriundas do sinistro, nos termos do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, veja-se:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O requerente, após sofrer diversas lesões em acidente automobilístico, estando ainda em tratamento médico, encontrou-se, com claras fraturas em seu membro inferior. Frisa-se, o tipo de lesão sofrida, claramente atende aos requisitos expressos em lei, diante a lesão no membro inferior da vítima.

Desta forma, como já fora informado, possuindo com base o artigo 3º da lei 6.194/74, o promovente faz *jus* à indenização no percentual de 70%, seja o montante total de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme tabela a seguir:

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	25
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	



LLR
LIMA LOBO & RIBEIRO
ADVOGADOS

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Antes do sinistro o requerente era pessoa saudável e ativa, sendo acometido pela lesão em comento em decorrência do acidente automobilístico descrito. Ora, é um ônus que não deve ser suportado pela autora o fato do não pagamento da indenização em questão, chega a ser uma verdadeira quebra da boa-fé objetiva, levando em conta o atendimento da demandante a todos os requisitos expressos em lei e sendo negado o pagamento administrativamente pela promovida.

Nesta toada é posição dos Tribunais pátrios:

APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT Preliminar de prescrição afastada no despacho saneador Impossibilidade de reapreciação da questão Matéria preclusa Inteligência dos artigos 183 e 473 do CPC **Acidente que causou invalidez permanente parcial na vítima Comprovação do nexo causal demonstrado por meio de laudo elaborado pelo IMESC** Aplicação da lei vigente à época do acidente (Lei nº 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.441/92) Devendo o pagamento ser proporcional ao grau de invalidez sofrida pela segurada Honorários periciais que deverão ser custeados pela requerida na proporção de 12,5% Sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, do CPC, observando-se o art. 12, da Lei nº 1.060/50 Sentença parcialmente reformada **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

(TJSP, AC n. 0004708-16.2012.8.26.0506, 27ª Câmara de Direito Privado Relator(a): Ana Catarina Strauch, julgado em 17/03/2015, sem grifo no original)

Ainda:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL COM NEGATIVA DE SEGUIMENTO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. NEXO CAUSAL EVIDENCIADO. ALEGAÇÃO DE LESÃO PREEEXISTENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. 1. Embora o termo inicial do prazo prescricional de três anos seja a data do sinistro, o seu curso resta suspenso caso haja pedido administrativo para o

pagamento da indenização, ou a consolidação das lesões ocorra em momento posterior. No caso dos autos, em que pese tenha o acidente ocorrido em 03-07-2006, a ciência do caráter permanente da invalidez ocorreu somente em 08-10-2008, data da elaboração do laudo médico complementar produzido pelo DML. Assim, não há falar em prescrição, porquanto a ação foi ajuizada em 03-08-2009, dentro do prazo trienal. Art. 206, §3º, IX, do CC. Prescrição afastada. 2. **Evidenciado nexó entre o acidente de trânsito e a invalidez permanente.** 3. Alegação de lesão preexistente não demonstrada. 4. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida. **RECURSO DESPROVIDO.**

(TJRS, Agravo Nº 70063615686, 5ª Câmara Cível, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 25/03/2015)

Assim, resta amplamente demonstrado que o Autor, após ser vitimada em acidente de trânsito, ficou com sequelas permanentes, sejam elas lesões nos membros inferiores.

De outro norte, a justificativa apresentada pela Seguradora Ré para o indeferimento da indenização pretendida pelo Autor não encontra qualquer amparo na legislação em vigor e está ferindo frontalmente o direito deste, o que não pode ser permitido por este Juízo.

Neste sentido é o entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA LESÃO. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO. SÚM. 474 DO STJ.

1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente.

2. **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n. 474 do STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ, EDcl no REsp 1301759 RS 2012/0001869-7, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, julgado em 11/02/2014, sem grifo no original).



Logo, tendo a promovente demonstrado, de forma ampla e eficaz, que sofre de fratura no membro inferior decorrente de acidente automobilístico, bem como diante da inaceitável justificativa apresentada pela Seguradora Ré para o indeferimento da indenização, merecem os pedidos daquele amparo da Justiça.

2.2. DA CORREÇÃO MOENTÁRIA:

Muito embora a indenização do seguro DPVAT não seja recomposta nominalmente pela correção monetária, o prêmio do seguro DPVAT vem evoluindo anualmente, em irrazoável e desproporcional tratamento.

Permitir tal distorção e não intervindo o Judiciário para recompor as perdas monetárias que reduzem a indenização, haverá enriquecimento sem causa das seguradoras com enorme prejuízo aos segurados.

Lembrando que a Lei n. 6.194/74, em sua primeira redação, vinculava a indenização ao valor do salário mínimo vigente (40 salários mínimos), em procedimento cuja constitucionalidade, inclusive, chegou a ser questionada nos Tribunais.

Com as modificações implementadas pela Medida Provisória n. 340/06 (posteriormente convertidas na Lei n. 11.482/07), a indenização do seguro DPVAT passou a ter valor certo (ainda que proporcional à lesão), com limite máximo de até R\$13.500,00.

Ao tempo da implementação da legislação antiga, não havia preocupação quanto à correção monetária do valor indenizatório porque a indenização era calculada com base no valor do salário mínimo vigente à época do sinistro (com correção monetária a partir da conversão do valor indenizatório em pecúnia).



Com a alteração legislativa, entretanto, a adoção do valor abstrato previsto na lei - R\$13.500,00 - sem a recomposição do valor monetário, importará em corrosão do total indenizatório pelo processo inflacionário que, apesar de mínimo segundo o Governo Federal, ainda existe.

É possível visualizar a disparidade entre os valores pagos a título de indenização e o prêmio pago corrigido anualmente por categoria e tipo de veículo:

CATEGORIA	2006	2015	VARIAÇÃO
Auto/Camioneta	R\$ 76,37	R\$ 105,65	+27,72%
Micro ônibus/Ônibus	R\$ 289,91	R\$ 396,49	+26,88%
Motocicleta/ Motoneta	R\$ 138,17	R\$ 292,01	+52,68%
Caminhão/ Trator	R\$ 82,01	R\$ 110,38	+25,70%

Não é razoável conceber que o valor da indenização permaneça *ad eternum* estagnado, enquanto os valores dos prêmios são reiteradamente corrigidos, considerando, principalmente, que aquela se trata de um instituto para minorar ou acalantar a vítima já penalizada pelo acometimento de um sinistro.

Assim, é preciso atualizar monetariamente o valor previsto na lei, recompondo-o sem ofender o princípio da separação dos poderes, notadamente porque o Legislativo, ao editar a Lei n. 6.194/74 em sua novel redação, convalidando a Medida Provisória 340/06, não previu forma de atualização do valor indenizatório e o Executivo, majorando exclusivamente o prêmio, só faz aumentar a desigualdade entre o dever (pagar o prêmio) e o direito (receber a indenização) do segurado.

Neste sentido foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.
2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.
3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).
4. **Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.**
5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.
6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO"
(REsp n. 1.483.620/SC, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, sem grifo no original)

Logo, omissa a lei acerca da paridade do valor do prêmio com o valor indenizatório, deve este ser atualizado desde a data do evento danoso até o efetivo pagamento, evitando-se sua desvalorização monetária.

2.3. DA JUSTIÇA GRATUITA:

O autor não possui condições de arcar com os custos de uma demanda judicial sem prejuízo da sua subsistência, como pode ser comprovado por declaração de hipossuficiência, assinada pelo mesmo, em anexo.

Vale mencionar que esta declaração de pobreza tem presunção de veracidade *juris tantum*, ou seja, o ônus para desconstituir tal fato pertence a parte contrária, devendo, caso queira impugnar a concessão de tal benefício, demonstrar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade do beneficiário.

É neste sentido o entendimento do Tribunal do Justiça do Ceará, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE JURIS TANTUM. PROVA EM CONTRÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA OUTRA PARTE. RECURSO PROVIDO. 1. Cuida-se de recurso de apelação, no qual a recorrente postula a reforma da sentença proferida, para ver concedido os benefícios da justiça gratuita, com ao processamento regular do feito, alegando, em suma, que houve equívoco, pois não dispõe de condições de arcar com as custas sem comprometer o sustento de sua família. 2. O caso é simples e prescinde de maiores debates. 3. **De início, registre-se que a declaração de pobreza tem presunção de veracidade juris tantum, ou seja, é direito estabelecido em lei, mas admite prova em contrário.** E nesse contexto, cabe à parte adversa o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade do beneficiário. 4. Dessa maneira, primado nos princípios constitucionais, em especial o do acesso à justiça, basta a mera declaração de hipossuficiência do interessado para que o mesmo receba os benefícios da justiça gratuita, sendo ônus da outra parte a prova em contrária da situação de miserabilidade, através da adequada proposição da impugnação à gratuidade, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei nº 1.060/50, o que de fato não ocorreu nos presentes autos. 5. Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do recurso interposto, para dar-lhe provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 4 de novembro de 2015 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator (TJ-CE - APL: 01489352020128060001 CE 0148935-20.2012.8.06.0001, Relator: CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 04/11/2015)

Desta forma, diante da comprovação da hipossuficiência do requerente, por meio de declaração anexa, pede a concessão da justiça gratuita nos moldes do artigo 4º, § 2º da lei de nº 1.060/50, bem como, o respeito ao precedente obrigatório colacionado, como determina o artigo 927¹ do Código de Processo Civil.

¹ Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

- I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- II - os enunciados de súmula vinculante;



3. DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, pede a Vossa Excelência:

- a) o recebimento da presente petição e o deferimento do benefício da Justiça Gratuita, uma vez que o Autor não tem condições de arcar com as custas judiciais, condição que expressamente declara (declaração de hipossuficiência anexa);
- b) seja determinada a citação da Seguradora Ré, via AR, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar defesa aos termos da presente demanda, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- c) seja a Seguradora Ré condenada ao pagamento do montante de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), valor correspondente à 70% do valor total, quantia sobre a qual deverá incidir correção monetária e juros desde o evento danoso;
- d) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, no patamar de 20% sobre o valor da condenação.
- e) informa, por fim, não ter interesse na realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do art. 319, VII, do CPC.

Protesta provar por todos os meios admitidos em Direito, em especial, prova documental e depoimento pessoal.

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

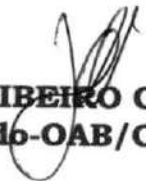



Dá à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes termos,

Pugna-se pelo deferimento,

Juazeiro do Norte, 06 de junho de 2017.


JOÃO RIBEIRO COSTA NETO
Advogado-OAB/CE Nº 36.580


GLAIRTON JOSÉ LIMA JÚNIOR
Advogado-OAB/CE Nº 36.614

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 20075591531 SSP CE

CPF
 673.544.243-15

DATA NASCIMENTO
 04/01/1977

FILIAÇÃO
 FRANCISCO DE ASSIS
 LOURENCO NETO
 FRANCISCA DAS CHAGAS
 RAMALHO

PERMISSÃO
 AB

ACC
 AB

CAT. HAB.
 AB

Nº REGISTRO
 05114287754

VALIDADE
 04/11/2020

1ª HABILITAÇÃO
 31/12/2010

OBSERVAÇÕES
 SEM OBSERVAÇÃO;

LOCAL
 JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO
 07/01/2016

ASSINATURA DO PORTADOR
 (assinatura)

ASSINATURA DO EMISSOR
 (assinatura)

03006816636
CE150499396

DETRAN-CE (CEARA)

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1225400689

PROIBIDO PLASTIFICAR
1225400689



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 2444 / 2017

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **02/03/2017 15:36:59**
Data / Hora da Ocorrência: **25/11/2016 10:25:00**
Endereço da Ocorrência: **AVENIDA PADRE CÍCERO**
Complemento:
Bairro: **SÃO JOSÉ** Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO**
Nascimento: **04/01/1977** CPF: **673.544.243-15** UF: **CE**
CNH: **051142287754** Orgão Emissor: **DETRAN**
Filiação: **FRANCISCA DAS CHAGAS RAMALHO**
FRANCISCO DE ASSIS LOURENÇO NETO
Endereço: **RUA SÃO BENTO, 1125** CEP:
Bairro: **FRANCISCANOS**
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 98854-4304**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **OCE4239** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi:
9C2KC1670CR421901 Renavam: **395690226** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 150 FAN ESI** Ano
Fabricação: **2011** Ano Modelo: **2012** Combustível: **GASOLINA/ALCOOL**
Cor: **PRETA** Proprietário: **JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO** Situação:
NÃO INFORMADO Envolvimento: **ENVOLVIDO**

Histórico

Advertida das penalidades previstas para o crime de falsa comunicação de crime ou contravenção (art. 340 do CP), a vítima afirma QUE: Na data, hora e local conduzia sua motocicleta HONDA/CG 150 FAN ESI, cor preta, Placa: OCE4239, seguindo pela faixa da esquerda, no sentido Juazeiro do Norte - Crato, quando tentou mudar para a faixa da direita se assustou com um carro que vinha atrás, percebeu que iria cair, então pediu a seu filho VICTOR HUGO RAMALHO LOURENÇO para ele pular; QUE seu filho nada sofreu; QUE realmente caiu, tendo a motocicleta caído em cima de sua perna direita, fraturando-a; QUE está recebendo a Guia de exame de corpo de delito nº 488-2444/2017 para se submeter a exame na PEFOCE tendo em vista pretender receber o seguro DPVAT; QUE está sendo orientado de que precisa pagar a taxa devida à PEFOCE para a realização do exame de corpo de delito, cujo boleto poderá ser emitido pelo endereço eletrônico: <http://www.pefoce.ce.gov.br/index.php/emissao-de-dae-taxas>. Nada mais disse.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

Narcélio de Sousa Silva
Escriturário - Polícia Civil
M.F. 1994

NARCÉLIO DE SOUSA SILVA - MAT.: 198257-1-X



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 2444 / 2017

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

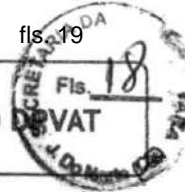
VISTO DO DELEGADO(A) :

RAFAEL MOTA AMARAL - MAT.: 198749-1-5



Seguradora Líder • DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT



Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO
 PORTADOR(A) DO RG Nº 20075591531 EXPEDIDO POR SSP-CE EM 07/03/2016 E
 CPF 673544243-15 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO COMERCIANTE
 E RENDA MENSAL DE R\$ 937,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA JORGE L. R. LOURENÇO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- **Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.**

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informações de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0032 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 125468-1

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

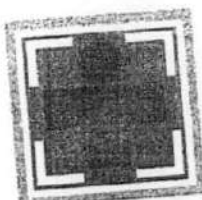
Joãozinho do Monte de 04 de março de 2017
 LOCAL E DATA

Jorge Luiz R. Lourenço
 ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente** (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.**
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA BANHOS ROQUE, liberado nos autos em 05/06/2018 às 20:23. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0051231-86.2017.8.06.0112 e código 37A4E45.



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3950

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

Data: 05/12/2016

Carteira: 774257004006011

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

AS 07:34hs CLIENTE JOVEM NO SEGUNDO DIA EM P.O DO JOELHO D, EVOLUINDO, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, EUPNEICO, AFEBRIL, CORADO, HIDRATADO, CALMO, COOPERATIVO, ACOMPANHADO, BOA ACEITAÇÃO DA DIETA OFERECIDA, HIGIENIZAÇÃO CORPORAL SATISFATORIO, SONO+REPOUSO PRESERVADOS, REFERINDO ALGIAS MODERADA, AVP NO MSE, M.C.P.M, JELCO 20 HIDROLIZADO, AGUARDA VISITA MEDICA, RENOVADO CURATIVO, RETIRADO O DRENO DE SUCÇÃO, DESPREZADO 30ml, AFERIDO OS SSVV:

PA: 140X90mmhg

FC: 79bpm

FR: 20rpm

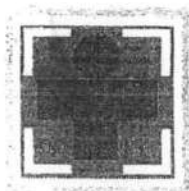
T: 36,0C

SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

AS 14:00hs CLIENTE EM P.O, EVOLUINDO ESTADO GERAL BEM, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, EUPNEICO, AFEBRIL, CORADO, HIDRATADO, ACOMPANHADO, MEDICADO EV, RETIRADO AVP, RECEBEU VISITA MEDICA+ALTA LIBERADA APOS AS 18:00hs.

C. Silva

MARIA REGILANE SANTOS
COREN-CE-966766
07/12/2016 16:41:05



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE EM PRE-OP DE FRATURA DE JOELHO, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOTENSO, NORMOCORADO, ESTA EM REPOUSO NO LEITO, ACOMPANHADO, MANTENDO SOROTERAPIA + MEDICAÇÃO, ACEITANDO BEM A DIETA OFERECIDA, HIGIENE CORPORAL SATISFATORIA, FUNÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES, SSVV AFERIDOS, SEM QUEIXAS NO MOMENTO.

PA=120X80mmhg

T=36°C

P=80bpm

R=20rpm

SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.

RENOVADO AVP COM JELCO Nº20, POIS O ANTERIOR APRESENTOU SINAIS FLOGÍSTICOS.

AS 06:30HS CLIENTE AO MANOZEAR A MAO RETIROU AVP, FOI RENOVADO COM JELCO Nº20.

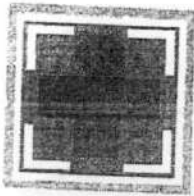
Handwritten signature and stamp:
 (Circular stamp with text: "HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI")

SOLANGE DA SILVA SANTOS

COREN-CE-105136

27/11/2016 06:36:13

Handwritten signature and stamp:
 (Circular stamp with text: "SOLANGE DA SILVA SANTOS")
 Téch em Enfermagem
 COREN 061.051.369



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3950

Data: 05/12/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE 39 ANOS, EVOLUINDO BEM AO P.O., CONSCIENTE, ORIENTADO, CORADO, HIDRATADO, COOPERATIVO, CALMO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, REPOUSO NO LEITO, ACOMPANHADO, A CIETANDO BEM A DIETA OFERECIDA, HIPERTENSO, AFEBRIL, EUPNEICO, SSVV AFERIDOS, MEDICADO, CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA, JELCO HIDROLIZADO, MANTEM DRENO DE SUÇÃO, FUNÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES, HIGIENE SATISFATORIA, SEM QUEIXAS NO PRESENTE MOMENTO.

P.A: 130X100 mmHg

Tº: 36.3°C

R: 18 rpm

P: 80 bpm

SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM



SARA DIAS BARROSO
COREN-CE-967402
06/12/2016 20:44:19

Sara Dias Barroso
Téc. Enfermagem
COREN-CE 967.402



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE EVOLUI CONSCIENTE, ORIENTADO, EUPNEICO, AFEBRIL, RESPIRA AR AMBIENTE, VERBALIZANDO, EM REPOUSO NO LEITO, MCPM, ACEITA BEM A DIETA OFERECIDA, AFERIDO SSVV, NO MOMENTO SEM QUEIXA.

PA=140x90mmHg

T=36°C

P=84bpm

R=19rpm

14hs CLIENTE EVOLUI BEM NO PRE- OPERATORIO DE JOELHO CONSCIENTE, ORIENTADO, EUPNEICO, VERBALIZANDO, MCPM, SOROTERAPIA, EM REPOUSO NO LEITO, AFERIDO SSVV, FUNÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTE, ATÉ O MOMENTO SEM QUEIXA.

PA= 130x100mmHg

p=80bpm

R=17rpm

T=36,3°C

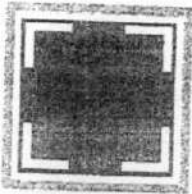
SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.



MARIA APARECIDA VIEIRA FEITOSA

COREN-CE-16552

27/11/2016 17:16:37



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3950

Data: 05/12/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

AS 08:30HS CLIENTE EVOLUINDO BEM AO P.O, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOTENSO, NORMOCORADO, ESTA EM REPOUSO NO LEITO, ACOMPANHADO, ACEITANDO BEM A DIETA OFERECIDA, HIGIENE CORPORAL SATISFATORIA, FUNÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES, SSVV AFERIDOS, M.C.P.M, SEM QUEIXAS NO MOMENTO.

PA=120X80mmhg

T=36°C

P=80bpm

R=20rpm

SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.

AS 13:45hs DESPREZADO 50ml DO DRENO DE SUCÇÃO.

AS 16:00HS CLIENTE EVOLUINDO BEM AO P.O, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOTENSO, NORMOCORADO, ESTA EM REPOUSO NO LEITO, MANTENDO SOROTERAPIA + MEDICAÇÃO, ACOMPANHADO.M. C.P.M. SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.

[Handwritten signature]
00

SOLANGE DA SILVA SANTOS
COREN-CE-105136
06/12/2016 16:42:50

[Handwritten signature]
Solange da Silva Santos
Téc. em Enfermagem
COREN 001.051.368



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Carteira: 774257004006011

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

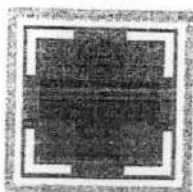
1.1 - DESCRICAO

CLIENTE NO PRE-OPERATORIO EVOLUINDO EM REPOUSO NO LEITO CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALISANDO, ATÉ O MOMENTO SEM INTECORRÊNCIA SSVV PA=140/90MMHG T=36.4°C R=20 P=80 M.C.P.M AGUARDANDO PROCEDIMENTO CIRURGICO SEGUE EM OBS DA ENFERMAGEM.

Silvia
[Handwritten signature and initials]

SILVIA LETICIA CORREIRA
COREN-CE-781196
27/11/2016 19:57:25

Silvia Leticia Correia
Téc de Enfermagem
COREN-CE 781196



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3950

Data: 05/12/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

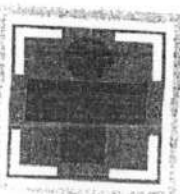
1.1 - DESCRICAO

CLIENTE NO P.O EVOLUINDO EM REPOUSO NO LEITO CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALISANDO, MATENDO SOROTERAPIA REFERINDO ALGIAS MODERADA M.C.P.M SSVV PA=140/80MMHG T=36.1°C R=20 P=80 SEGUE EM OBS DA ENFERMAGEM.



SILVIA LETICIA CORREIRA
COREN-CE-781196
05/12/2016 23:11:18

Silvia Leticia Correia
Tec de Enfermagem
COREN-CE 781196



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Data: 25/11/2016

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE NO PRÉ-OPERATORIA, HIPERTENSO, EM REPOSO NO LEITO, EVOLUI CONSCIENTE, ORIENTADO, LUCIDO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, NORMOCORADO, NORMOTENSO, DIURESE PRESENTE, EVACUAÇÃO PRESENTE, AVP MSD, AFERIDO SSVV. COLHIDO MATERIAL PARA EXAME LABORATORIAL, REALIZADO ECG, AGUARDA PARECER CARDIOLOGICO + PROCEDIMENTO CIRURGICO.

PA=150x110mmHg

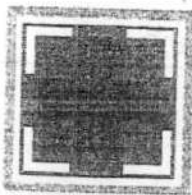
T=35,7°C

P=84bpm

R=18rpm

CSMA
25/11/2016

MARIA APARECIDA VIEIRA FEITOSA
COREN-CE-16552
28/11/2016 09:40:58



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3950

Data: 05/12/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE ADMITIDO NESTA UNIDADE PARA PROCEDIMENTO CIRURGICO VEIO ACOMPANHADO DE FAMILIARES EM MACA, CONCIENTE, ORIENTADO, LUCIDO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOCORADO, HIPERTENSO, RELATA TABAGISMO, ETILISMO, NEGA ALEGIAS, HIDRONIZADO COM JELCO 20 AFERIDO SSVV

PA: 140 X 90 mmHg

FC: 90 pm

FR: 20 irpm

T: 36° C

AGUARDA CHAMADO S.O

15: 00 Hs ENCAMINHADO AO S.O.



MARIA BERNADETE DA CRUZ
COREN-CE-109930
05/12/2016 16:55:20



**HOSPITAL
DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI.**

BOLETIM DE CIRURGIA

ente:

Dr. Luiz R. Rangel

vênio:

REG. Nº

ANÓSTICOS:

fratura do plavulo tibia

IRGIAS REALIZADAS:

Redução + fixação



DIGO AMB:

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

*Plavulo tibia plavulo
Redução + fixação com
placa e parafusos
Fechamento da ferida
Fechamento da ferida com
curativo + curativo com
curativo +*

CIRURGIÃO

1º AUXILIAR

2º AUXILIAR

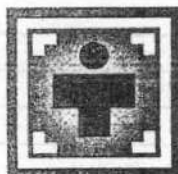
3º AUXILIAR

PRE-ANESTESICO

Nome	Jorge Luiz Romão Duarte			Rég.
Idade	34	Peso		Clínica
Pré-Op.	Pré-Op. Phleb. Têx. D			
Argia Proposta	Têx. m.			
st. Ant.				
Argia				
no Tempo - Quant.	Álcool			
gas em uso - Doses				
ado Mental	Têx. m.		Tipo de Sangue	
a	Pescoco			
ho x ps	F.C	Pulso	Veias	
Resp.				
Circ.				
Gen - Uri				
lervoso				
ndocrino				
. Compl.4	Têx. m. Romão			
Físico(asa)	Anest. Proposta		Assinatura	

PÓS - ANESTÉSICO

Sala de Recuperação		Enfermaria	
Data - Hora	Data - Hora		
Assinatura		Assinatura	



HOSPITAL DAS CLÍNICAS E FRATURAS DO CARIRI

FICHA DE ANESTESIA

Nome do Paciente: Sergio Luiz Romão Lacerda N° do Registro: _____
 Idade: 39 Data: 5/12/2016 Convênio: _____ Leito: _____
 Cirurgião: Dr. Jozil Lacerda Anestesista: _____
 Pré-Medicação-Dose-Hora-Efeito: _____

Letícia M. Ribeiro Dantas Landim
MÉDICA
CRM 3458
CPF 128.557.174-00



AGENTES	10	15	30	45	11	15	30	45	12	15	30	45	13	15	30	45	14
N2O	X																
O2																	
Líquidos Venosos																	
PA V																	
PULSO																	
ANES																	
OP. O																	
TEMP.																	
ASPIR. A																	
RESP. O																	
Export.																	
Assist.																	
Contra.																	

SÍMBOLOS

AGENTES	DOSES	TÉCNICA
A. <u>Propofol</u>		
B. <u>Fentanyl</u>		
C. <u>Midazolam</u>		
D. <u>Atorvastatina</u>		
E. <u>Paracetamol</u>	250	
F. <u>Clonitazepam</u>	10	
G. <u>Dexametasona</u>		
LÍQUIDOS		
<u>NaCl 0.9% 1500 ml</u>		
<u>ADP - 600</u>		
<u>Insulina - 1000</u>		
		TEMPO DE ANESTESIA

ANOTAÇÕES

1. Indução
2. Manutenção
3. Recuperação
4. Extubação

UPA24h <small>UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO</small>	IMEGI <small>Instituto Médico de Gestão Integrada</small>	SOLICITAÇÃO DE EXAME OU PROCEDIMENTO		 PIAUI <small>CIDADE DE TODOS</small>	<small>fls. 32</small>  GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Nome do Paciente: <i>George Luis Romalho</i>				Doc. de Identidade: <i>2</i>	
Endereço do Paciente:					
Motivo da Solicitação:					
Exame ou Procedimento Solicitado: <i>RX. PUNHA OLHO</i>				Código: <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin: 2px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin: 2px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin: 2px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px; margin: 2px;"></div>	
Profissional Solicitante: <i>[Signature]</i> Dra. Hianny Apolinário MÉDICA CRM-CE 15.794 Data: <i>25/11/10</i>		Autorização: <i>[Signature]</i> Jair Barbosa de Lima Téc. em Radiologia CRTR 02074T Data: <i>1/1/11</i>		Paciente: Data: <i>1/1/11</i>	

03/16 - GRÁFICA NOBRE 88-3511.4740

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

IMEGI
Instituto Médico de Gestão Integrada

SOLICITAÇÃO DE EXAME OU PROCEDIMENTO

ITAJAÍ DO NORTE
CIDADE DE TODOS

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Nome do Paciente:

George Luis Barreto

Doc. de Identidade:

Endereço do Paciente:

Motivo da Solicitação:

Exame ou Procedimento Solicitado:

Bx TORNOZELO D.I.N

Código:

_____|_____|_____|_____|_____|

Profissional Solicitante:

Dra. Flávia Apolinário
MÉDICA
CRM-CE 15.794

Autorização:

Jair Barbosa de Lima
Téc. em Radiologia
CRTR 020741

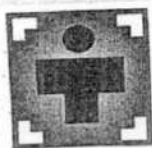
Paciente:

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____

03/16 - GRAFICA NOBRE 88-3511.4740



**HOSPITAL
DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI**

ATESTADO MÉDICO

Atesto que Jorge Luiz Romão
LOURENÇO

necessita de 06 (seis) dias de
afastamento de suas atividades _____, a partir desta
data, por motivo de doença _____

CID - J-82.2

Dr. José Landim Neto
ORTOPEDISTA-TRAUMATOLOGIA
CRM 11.871 SGT 1234

Juazeiro do Norte, 06/01/2017

Av. Padre Cícero, Km 02 - Triângulo - Fone: (88) 2101.3150 - Fax: (88) 3571.4517
CEP: 63.041-140 - Juazeiro do Norte - Ceará

Tirar cópia das duas internações
25/11/16
05/12/16

99854-4304
Empresa



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CARIRI

Av. Padre Cícero- s/n- km 02 - Triângulo -
Juazeiro do Norte-CE
Fone/Fax (88) 2101-3150 (ARQUIVO)

Solicitação de Cópia de Prontuário e Ambulatório

Nome: Jorge Luiz Ramalho Lourenço
Pront: internação Data do Atendimento 25 / 11 / 16
Médico: Landim Convênio: Bradesco
Contato: 99221-1797 RG(R) ou CPF() 20075591531
Solicitante: o mesmo
Justificativa da Solicitação: DPUNT
Data da solicitação 05/01/17 Data Prevista Entrega 05/01/17
Cstiva
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO ASSINATURA DO SOLICITANTE

Xerox: Internações a partir de R\$ 3,00(de acordo com a quantidade de páginas)
Ambulatórios R\$ 0,50

INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Esta instituição hospitalar segue as normas e resoluções do Conselho Regional de Medicina e com a Resolução CFM nº1605/2000, somente fornece informações ou cópia de documentos que compõem o prontuário médico mediante solicitação formal feita pelo paciente.

Nos casos de solicitação feita por terceiros, somente será fornecida a documentação por mediante procuração **PÚBLICA REGISTRADA EM CARTÓRIO.**

Resolução do Conselho Regional de Medicina – CRF nº1605/2000:

“Art.1º O médico não pode, sem consentimento do paciente, relevar o conteúdo do prontuário ou ficha médica.”

“Art.6º- O médico deverá fornecer cópia da ficha ou prontuário médico desde que solicitado paciente ou requisitado pelos Conselhos Federais ou Regionais de Medicina”

2. Conceito de Prontuário Médico. “O prontuário é constituído de um conjunto de documentos padronizados, contendo informações geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente assistência prestada a ele, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação de membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: DE SEGUNDA Á QUINTA -07h00min AS 12h00min E NA SEXTA -07h00min AS 11h00min OBS: O PACIENTE NÃO RECEBERÁ ATENDIMENTO EM OUTRO HORARIO OU SEM O FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO, LIGAR ANTES PARA EVITAR MAIORES TRANSTORNOS OBRIGADO!

PAGO
Em ___/___/___



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

AS 09:HS CLIENTE MANTENDO REPOUSO NO LEITO +AVP MSD EM PRE=OPERATÓRIO DO JOELHO, CONSCIENTE, LÚCIDO E ORIENTADO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, REFERINDO ALGIAS MODERADA, ACEITA DIETA OFERECIDA, FUNÇÕES FISIOLÓGICA PRESENTE, AFERIDO SSVV PA=140X10 T=37°C R=20 P=80 MEDICADO E SEGUE EM OBS DA ENFERMAGEM.

AS 14:00HS CLIENTE 39ANOS, EM PRE-OP DE FRATURA DE JOELHO, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, AFEBRIL, EUPNEICO, NORMOTENSO, NORMOCRADO, ESTA EM REPOUSO NO LEITO, ACOMPANHADO, MANTENDO SOROERAPIA + MEDICAÇÃO, ACEITANDO BEM A DIETA OFERECIDA, HIGIENE CORPRAL SATISFATORIA, FUNÇÕES FISIOLÓGICAS PRESENTES, SSVV AFERIDOS, QUEIXA-SE DE ALGIAS MDERADAS.

PA=130X80mmhg

T=36°C

P=78bpm

R=19rpm

SEGUE AOS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.



SOLANGE DA SILVA SANTOS

COREN-CE-105136

26/11/2016 14:17:38



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE EM OBSERVAÇÃO, MCPM, EM SOROTERAPIA, AFERIDO SSVV, REFERINDO DOR MODERADA, RESPIRANDO AR AMBIENTE, EM REPOUSO NO LEITO, COM BOA ACEITAÇÃO A ALIMENTAÇÃO.

PA=13X6

TEMP= 36.6°C

R= 20

P= 68



MARTA MARIA NASCIMENTO DE
COREN-CE-429032
25/11/2016 19:35:56

Marta



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Carteira: 774257004006011

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

CLIENTE ADMITIDO NESTE SETOR PARA TTO CIRURGICO DE FRATURA DE JOELHO, VEIO DE MACA ACOMPANHADO PR FAMILIAR, CONSCIENTE, ORIENTADO, RESPIRANDO AR AMBIENTE, VERBALIZANDO, NEGA ALERGIA, DIABETES, RELATA HIPERTENSÃO, TABAGISMO, ETILISMO, TEM TOLERANCIA A LACTOSE, AFERIDO SSVV, PUNCIONADO AVP EM MSD JELCO Nº20, MCPM, SOROTERAPIA, EM REPOUSO NO LEITO, SEGUE AGUARDANDO PROCEDIMENTO.
PA=110X90mmHg
T=36,5°C
P=84bpm
R=19rpm
SEGUE AOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM.



MARIA APARECIDA VIEIRA FEITOSA
COREN-CE-16552
25/11/2016 16:28:14



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CARIRI



fls. 39

BOLETIM DE ADMISSÃO - INTERNAÇÃO

Prontuário: 50767 Registro: 3917 Data/Hora: 25/11/2017 14:48
Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO
Mãe: FRANCISCA DAS CHAGAS RAMALHO
Nasc: 04 01 1977 RG: 20075591531 CPF: 673.544.243-15 Sexo: Masculino
Idade: 39 anos, 10 meses e
Endereço: RUA SÃO BENTO Nº 1125 Bairro: FRANCISCANOS
Cidade: JUAZEIRO DO NORTE UF: CE
Convênio: BRADESCO EMPRESA Carteira: 774257004006011
Fone: 88992211797 - 0
Profissão: REPRESENTANTE Atendente: CICERAGORETE
Tipo de Acomod.: Enfermaria Bloco: POSTO II Quarto: 12 Leito: 2
Médico Responsável: 011611 JOSE LEITE LANDIM NETO

Historia Clinica ou resumo :

Exames complementares:

Diagnostico :

() Agudo () Crônico () Tempo de Evolução ____ () Meses () Anos

Previsão de Alta: ____/____/____

Curado ()

Trat. Ambulatorial ()

Melhorado ()

Indisciplina ()


Hora: ____
Transferido ()

Óbito: ____

Causa: ____

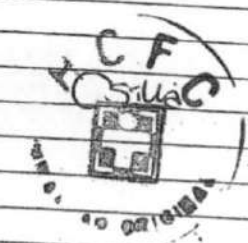
Data: ____/____/____


Paciente/Responsável


Médico Solicitante

HISTÓRICO	VARIÁVEIS	EVOLUÇÃO MÉDICA
1) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	900 500	10/10/77
2) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
3) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
4) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
5) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
6) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
7) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
8) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
9) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
10) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
11) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
12) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
13) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
14) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77
15) 10/10/77 - 10/10/77 - 10/10/77	22 06	10/10/77

13:45
Desprezado 50ml
de secreção vaginal
notada.



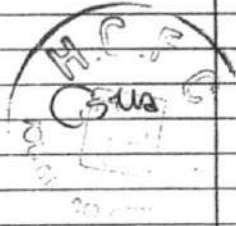
12	12) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
16	13) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	14) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	15) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	16) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	17) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	18) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	19) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	20) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	21) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	22) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	23) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	24) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	25) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	26) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	27) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	28) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	29) 0,91 in 81km 500 500 1-000		
	30) 0,91 in 81km 500 500 1-000		

H.C.A.
316



16 3) Mefenidol 0,5 IV 8/11/18	14	8/11/18
6) Difenidol 0,5 IV 12/11/18	10 16	12/11/18
3) Tetratil 402 + 1000 IV 1x dia		
8) Quercitol 402 + 1000 IV 1x dia	10	
2) Tetratil 1002 + 1000 IV 2x dia (5/11/18)	14	14/11/18
18) Plavix 0,5 + 100 IV (5/11/18)		16/11/18
4) Ccoca		
10) Fenilcama 0,5 IV 8/11/18	14	

10711611-5
Dr. José Leite Landim Neto
Ortopedista





RECEITUÁRIO

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LIMOEIRO

AO HTU - REMPLACEMENT
traumatológica

Encaminho o Sr. Torque
Boris Barnalho, vítima de trauma
apresentando Fratura Fibula
direita (proximal).

Solteiro, avaliação ur-
gente.

Costa

25
11
16

[Handwritten signature]

Dra. Hianny Apolinário
MÉDICA
CRM-CE 15.794



Rua Capitão Domingos, s/n. Limoeiro - Juazeiro do Norte/CE | CEP 63030-220





HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CAIRIRI

Nº Registro: 3917

Data: 25/11/2016

Paciente: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO

Carteira: 774257004006011

Convênio: BRADESCO EMPRESA

Médico: 11611 JOSE LEITE LANDIM NETO

EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1 - EVOLUCAO

1.1 - DESCRICAO

AS 14:30hs CLIENTE EM PRE DO JOELHO
D.EVOLUINDO, CONSCIENTE, ORIENTADO, VERBALIZANDO, RESPIRANDO AR
AMBIENTE, EUPNEICO, AFEBRIL, NORMOTENSO, NORMOCORADO, ACOMPANHADO, EM DIETA ZERO
PARA PROCEDIMENTO, HIGIENIZAÇÃO CORPORAL SATISFATORIO, SONO+REPOUSO
PRESERVADOS, REFERIU ALGIAS MODERADA, AVP NO MSD COM JELCO 20, M.C.P.M EM
SOROTERAPIA, AFERIDO OS SSVV:

PA: 140X90mmhg

FC: 82bpm

FR: 20rpm

T: 36,7C

AS 15:00hs ENCAMINHADA PARA S.O

AS 15:20hs CLIENTE RETORNOU DO S.O SEM REALIZAR PROCEDIMENTO CIRURGICO, POIS
APRESENTAVA EDEMA INTENSO NO MEMBRO AFETADO (MID JOELHO) MOBILIZADO, REAMARCADA
NOVA DATA DO PROCEDIMENTO, ENCAMINHADO PARA CASA;



MARIA REGILANE SANTOS
COREN-CE-966766
28/11/2016 16:29:29



**DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI**

fls. 46

Nome: KILOBE ...

Quarto: _____

RG: _____

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS	EVOLUÇÃO MÉDICA
23	1) DISSOL 100 mg		
24	2) DISSOL 500 mg 10 mg	370 300 360	3- 2112
26	3) DISSOL 100 mg 10 mg	10 16 25 04	Post Planito 15
	4) DISSOL 90 mg 10 mg	10	
	5) DISSOL 100 mg 10 mg	14 25 06	
	6) DISSOL 70 mg 40 mg	10	
	7) DISSOL 90 mg 50 mg	10	
	8) DISSOL 100 mg 10 mg	10 18 02	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA BANHOS ROQUE, liberado nos autos em 05/06/2018 às 20:23. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0051231-86.2017.8.06.0112 e código 37A4E46.





**DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI**

fls. 47

Quarto: _____

RG: _____

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS	EVOLUÇÃO MÉDICA
26	1) Dor no local da fratura		2. 11/11
27	2) Dor no local da fratura		3. 11/11
28	3) Dor no local da fratura		4. 11/11
	4) Dor no local da fratura		5. 11/11
	5) Dor no local da fratura		6. 11/11
	6) Dor no local da fratura		7. 11/11
	7) Dor no local da fratura		8. 11/11
	8) Dor no local da fratura		9. 11/11
	9) Dor no local da fratura		10. 11/11
	10) Dor no local da fratura		11. 11/11
	11) Dor no local da fratura		12. 11/11
	12) Dor no local da fratura		13. 11/11
	13) Dor no local da fratura		14. 11/11
	14) Dor no local da fratura		15. 11/11
	15) Dor no local da fratura		16. 11/11
	16) Dor no local da fratura		17. 11/11
	17) Dor no local da fratura		18. 11/11
	18) Dor no local da fratura		19. 11/11
	19) Dor no local da fratura		20. 11/11
	20) Dor no local da fratura		21. 11/11
	21) Dor no local da fratura		22. 11/11
	22) Dor no local da fratura		23. 11/11
	23) Dor no local da fratura		24. 11/11
	24) Dor no local da fratura		25. 11/11
	25) Dor no local da fratura		26. 11/11
	26) Dor no local da fratura		27. 11/11
	27) Dor no local da fratura		28. 11/11
	28) Dor no local da fratura		29. 11/11
	29) Dor no local da fratura		30. 11/11
	30) Dor no local da fratura		31. 11/11
	31) Dor no local da fratura		32. 11/11
	32) Dor no local da fratura		33. 11/11
	33) Dor no local da fratura		34. 11/11
	34) Dor no local da fratura		35. 11/11
	35) Dor no local da fratura		36. 11/11
	36) Dor no local da fratura		37. 11/11
	37) Dor no local da fratura		38. 11/11
	38) Dor no local da fratura		39. 11/11
	39) Dor no local da fratura		40. 11/11
	40) Dor no local da fratura		41. 11/11
	41) Dor no local da fratura		42. 11/11
	42) Dor no local da fratura		43. 11/11
	43) Dor no local da fratura		44. 11/11
	44) Dor no local da fratura		45. 11/11
	45) Dor no local da fratura		46. 11/11
	46) Dor no local da fratura		47. 11/11
	47) Dor no local da fratura		48. 11/11
	48) Dor no local da fratura		49. 11/11
	49) Dor no local da fratura		50. 11/11
	50) Dor no local da fratura		51. 11/11
	51) Dor no local da fratura		52. 11/11
	52) Dor no local da fratura		53. 11/11
	53) Dor no local da fratura		54. 11/11
	54) Dor no local da fratura		55. 11/11
	55) Dor no local da fratura		56. 11/11
	56) Dor no local da fratura		57. 11/11
	57) Dor no local da fratura		58. 11/11
	58) Dor no local da fratura		59. 11/11
	59) Dor no local da fratura		60. 11/11
	60) Dor no local da fratura		61. 11/11
	61) Dor no local da fratura		62. 11/11
	62) Dor no local da fratura		63. 11/11
	63) Dor no local da fratura		64. 11/11
	64) Dor no local da fratura		65. 11/11
	65) Dor no local da fratura		66. 11/11
	66) Dor no local da fratura		67. 11/11
	67) Dor no local da fratura		68. 11/11
	68) Dor no local da fratura		69. 11/11
	69) Dor no local da fratura		70. 11/11
	70) Dor no local da fratura		71. 11/11
	71) Dor no local da fratura		72. 11/11
	72) Dor no local da fratura		73. 11/11
	73) Dor no local da fratura		74. 11/11
	74) Dor no local da fratura		75. 11/11
	75) Dor no local da fratura		76. 11/11
	76) Dor no local da fratura		77. 11/11
	77) Dor no local da fratura		78. 11/11
	78) Dor no local da fratura		79. 11/11
	79) Dor no local da fratura		80. 11/11
	80) Dor no local da fratura		81. 11/11
	81) Dor no local da fratura		82. 11/11
	82) Dor no local da fratura		83. 11/11
	83) Dor no local da fratura		84. 11/11
	84) Dor no local da fratura		85. 11/11
	85) Dor no local da fratura		86. 11/11
	86) Dor no local da fratura		87. 11/11
	87) Dor no local da fratura		88. 11/11
	88) Dor no local da fratura		89. 11/11
	89) Dor no local da fratura		90. 11/11
	90) Dor no local da fratura		91. 11/11
	91) Dor no local da fratura		92. 11/11
	92) Dor no local da fratura		93. 11/11
	93) Dor no local da fratura		94. 11/11
	94) Dor no local da fratura		95. 11/11
	95) Dor no local da fratura		96. 11/11
	96) Dor no local da fratura		97. 11/11
	97) Dor no local da fratura		98. 11/11
	98) Dor no local da fratura		99. 11/11
	99) Dor no local da fratura		100. 11/11

10711611-5
Dr. José Leite Landim Neto
Ortopedista

10711611-5
Dr. José Leite Landim Neto
Ortopedista





fls. 48

Quarto:

RG:

[illegible]



RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE



**HOSPITAL
DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI**

Av. Padre Cícero, s/n Km 02 - Triângulo
Fone: (88) 2101.3150 - CEP 63 041-140 - Juazeiro do Norte-CE

1ª Via retenção da Farmácia ou Droguaria
2ª Via orientação ao Paciente

Carimbo do Médico

Paciente: Lucia Maria Gomes

Endereço: Rua da Moura

Prescrição: 100 mg

Data 07/12/18

Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident.: _____ Órg. Emissor: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico

Data 1/1



Parten
No name

Examination

Orthopaedics
05-12-2016

lis. 50

32 (17:02)

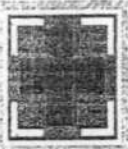


Orthopaedics
05-12-2016

Examination

No name

(9897) 01



HOSPITAL DAS CLINICAS E FRATURAS DO CARIRI

LAUDO RADIOLOGICO

NOME DO CLIENTE:	JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO		
EXAME SOLICITADO:	RX DO JOELHO	IDADE:	39 ANOS
MÉDICO SOLICITANTE:	DR. LANDIM NETO	CRM	11611
CONVÊNIO :	BRANDESCO- INTERNO	DATA:	05/12/2016

LAUDO RADIOLÓGICO

*Fratura do platô tibial
com material de osteossíntese*



EDUARDO LOPES
CRM 721 - CPF 001.810.203-72

EDUARDO LOPES
CRM 721



DrLandimNeto
ORTOPEDIA & TRAUMATOLOGIA

P/ José Luiz Romão
14 170 0000

① CEFALGIA 500-2

_____ 014

01 UP 6/6/18 20h 07 dia

③ UNO KEN 10

_____ 014

01 UP 8/8/18 20h 06 dia

③ INCUBADOR 20-2

_____ 014

01 UP 10/10/18

NO 52

④ TONOMETRIC 10-2

_____ 014

01 UP 10/10/18 10h 00

Dr. José Landim Neto
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA
CRM 11.511 5507 1204

28
11/1

RECEITUÁRIO

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LIMOEIRO

Para:

Jorge João Barmalho:

uso Interno

1) Deocil SL _____ 50x

Tornar 1 cp (SL), 12/12h

25
11
16


Dra. Hiany Apolinário
MÉDICA
CRM-CE 15.794



Rua Capitão Domingos, s/n, Limoeiro - Juazeiro do Norte/CE | CEP 63030-220





**HOSPITAL
DAS CLÍNICAS
E FRATURAS
DO CARIRI**

R/ JORGE LUIZ N. LOURENÇO

14 170 MAR

① CLIMOTOLAPENO 5002 — 014

01 12/12/2018 10:10
M/A

② UNILOCOR 152 — 014
01 12/12/2018 10:10

UNO 52

③ TEMP GLESTIC 102 — 014

01 12/12/2018 10:10

07
72
76

Av. Padre Cicero, Km 02 - Triângulo - Fone: (88) 2101.3150 - Fax: (88) 3571.4517
CEP: 63.041-140 - Juazeiro do Norte - Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde



SAMU
192
CEARÁ



CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento por escrito da parte interessada, que o **SAMU 192-CEARÁ**, prestou atendimento ao Sr. **JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO**, portador do RG Nº 20075591531 e inscrito no CPF sob o Nº 673.544.243-15, no dia 25/11/2016, às 10h25min, no município de JUAZEIRO DO NORTE - CE, na Av. Padre Cícero. Paciente vítima de acidente com motocicleta, sendo o mesmo encaminhado para a **UPA de Juazeiro do Norte**. E para constar eu, Ana Cristine Medeiros Silva Ana Cristine Medeiros Silva, Assessoria Técnica, lavrei a presente certidão.

Eusébio, 31 de janeiro de 2017

Atenciosamente,

MARIA DAS GRAÇAS TORRES
Assessoria Executiva
SAMU 192 CEARÁ

SAMU 192 CEARÁ

Rua da Paz, nº 29 e 30, Centro-Eusébio-CE, Fone (85) 3433 7434, Fax:3260 2061
E-mail: samuceara.polo1@samu.saude.ce.gov.br
Ouvidoria do SAMU: ouvidoria.samupolo1@samu.ce.gov.br, Fone : (85) 3260-3797

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DETRAN - CE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 013145980920

PPT 01 VIA 01 CÔD. RENAVAL 00395690226 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016

NOME
JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO

JUAZEIRO DO NORTE /CE
CPF / CNPJ 67354424315 **PLACA** OCE4239/CE

PLACA ANT / UF /CE **CHASSI** 9C2KC1670CR421901

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NAD APLIC. **COMBUSTÍVEL** GASOL/ALCO

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN ESI **ANO FAB.** 2011 **ANO MOD.** 2012

CAP / POT / CIL 2P/OCV/149CC **CATEGORIA** PARTIC **COR PREDOMINANTE** PRETA

COTA ÚNICA 1***** **VENC. COTA ÚNICA** **/**/** **VENC. / COTAS** 1*****

FAIXA I.P.V.A. ***** **PARCELAMENTO / COTAS** 2***** **3*******
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) **IOF (R\$)** **PRÊMIO TOTAL (R\$)** **DATA DE PAGAMENTO** *****

OBSERVAÇÕES

LOCAL JUAZEIRO DO NORTE **DATA** 28/11/2016

Igor Ponte
Superintendente **DETRAN-CE**
SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA - A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT
CE Nº 013145980920 **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

013145980920

RECIBO CE Nº

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204
EXERCÍCIO 2016 **DATA EMISSÃO** 28/11/2016

VIA 01 **CPF / CNPJ** 67354424315 **PLACA** OCE4239

RENAVAL 00395690226 **MARCA / MODELO** HONDA/CG 150 FAN ESI

ANO FAB. 2011 **CAT. TARIF.** 09 **Nº CHASSI** 9C2KC1670CR421901

PRÊMIO TARIFÁRIO
FNS (R\$) 129,04 **DENATRAN (R\$)** 14,34 **CUSTO DO SEGURO (R\$)** 143,38

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 **IOF (R\$)** 1,11 **TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)** 292,01

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO **DATA DE QUITAÇÃO** 04/04/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

MOTOR: KC16E7C421901

01074

01074

OCE4239

CÔD. RENAVAL

00395690226

109009 01147

RECEBI O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENÇA.

DE DE

ASSINATURA



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MATERIAIS E OUTRAS AVENÇAS

fls. 58



Locador: SHOPPING PRO HOSPITAL
Endereço: AVENIDA PADRE CICERO, 2744 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE
CEP: 63.041-140
CNPJ: 00.291.784/0007-40
Fone(s): 8835713151 8835712411
Número: 014338

Locatário: LIDIANE MARIA DE SOUSA SANTOS CPF/CNPJ: 829.033.443-53 Quadro 2-
Endereço: RUA SAO BENTO, 1125 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE
CEP: 63.020-050 Fone(s): 8835112623 8888064095

Prazo da Locação: 2 Dias Início: 28/11/2016 Término: 30/11/2016 Quadro 3
Prorrogação: Caso o material não seja devolvido na data aprazada, considera-se o contrato prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos períodos, exceto no caso de prorrogações solicitadas pelo LOCATÁRIO e autorizadas pelo LOCADOR.

Valor da Locação Diária: 5,00(Cinco Reais) Quadro 4
Valor Total da Locação: 10,00(Dez Reais)

Materia Locado: CAD ROD TAIBA CINZA-000557 Quadro 5

Condições Gerais

Quadro 6

Cláusula 1ª PROPRIEDADE DO MATERIAL - O material descrito no Quadro 5, objeto da locação, efetivo ou substituído, é de propriedade da LOCADORA e encontra-se em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, o qual o LOCATÁRIO declara ter recebido e se compromete a devolvê-lo ao término do aluguel, nas mesmas condições em que o recebeu, salvo o desgaste pelo uso natural.

Cláusula 2ª DA VIGÊNCIA - O contrato vigorará conforme prazo determinado no Quadro 3 e suas prorrogações.

Cláusula 3ª DO VALOR DO ALUGUEL - O valor do aluguel previsto no Quadro 4 será pago antecipadamente, quando da entrega do material. Havendo prorrogação o LOCATÁRIO deverá quitar o valor referente ao próximo período no 1º dia da nova data aprazada, conforme valor ajustado no Quadro 4.

Parágrafo Único - O valor constante no Quadro 4 será reajustado anualmente tomando por base o IGPIM, ou na falta deste outro que venha substituí-lo.

Cláusula 4ª O valor da locação determinado no Quadro 4 é preço definido exclusivamente para a utilização do material, não estando coberto neste valor custos pela perda, furto, roubo, dentre outros motivos que possam causar prejuízo à LOCADORA, devendo o LOCATÁRIO arcar com as despesas pertinentes.

Cláusula 5ª DA INADIMPLÊNCIA - Nos casos de atraso ou não pagamento do aluguel, ficará sujeito o LOCATÁRIO ao pagamento de multa no valor da locação diária multiplicado pelos dias de atraso.

Cláusula 6ª DA DEVOLUÇÃO ANTES DO PRAZO - Ocorrendo a devolução do material antes do prazo ajustado no Quadro 3, o LOCADOR não devolverá a quantia já paga pelo LOCATÁRIO, pois a mesma servirá para cobrir as despesas administrativas.

Cláusula 7ª O material ora locado é de propriedade da LOCADORA e permanecerá nesta condição durante e após a vigência do presente contrato.

Cláusula 8ª RESPONSABILIDADES - A LOCATÁRIA, uma vez na posse do material, fica responsável pela sua proteção, se comprometendo a não destruir ou danificar o material.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de eventual incidente que resulte na perda total do material, o LOCATÁRIO obriga-se a restituir a LOCADORA um material novo idêntico ao ora locado, ou caso o referido modelo não seja mais fabricado outro material novo com as mesmas especificações do material sinistrado.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade do LOCATÁRIO pelo aluguel e demais obrigações legais e contratuais só terminará com a devolução definitiva do material hospitalar e quitação de todo e qualquer débito devido pela locação, bem como consertos e reparos necessários.

Cláusula 9ª Nenhuma modificação e/ou conserto será feita no material hospitalar sem a autorização prevista e escrita da LOCADORA.

Cláusula 10ª Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza-CE, para dirimir quaisquer dúvidas e ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma para as finalidades de direito.

JUAZEIRO DO NORTE-CE, 28 de NOVEMBRO de 2016

Locador(a)

Locatário(a)

Testemunhas

CPF:

CPF:

82903344353

RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MATERIAIS E OUTRAS AVENÇAS

Locador: LIDIANE MARIA DE SOUSA SANTOS
 Endereço: AVENIDA PADRE CICERO, 2744 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE
 CEP: 63.041-140
 CNPJ: 00.291.784/0007-40
 Fone(s): 8835713151 8835712411
 Número: 014345

Quadro



Locatário: LIDIANE MARIA DE SOUSA SANTOS

CPF/CNPJ: 829.033.443-53

Quadro 2

Endereço: RUA SAO BENTO, 1125 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE

CEP: 63.020-050

Fone(s): 8835112623 8888064095

Prazo da Locação: 30 Dias Início: 31/12/2016 Término: 30/01/2017

Quadro 3

Prorrogação: Caso o material não seja devolvido na data aprazada, considera-se o contrato prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos períodos, exceto no caso de prorrogações solicitadas pelo LOCATÁRIO e autorizadas pelo LOCADOR.

Valor da Locação Mensal: 270,00 (Duzentos e Setenta Reais)

Quadro 4

Desconto: 150,00 (Cento e Cinquenta Reais)

Valor a Pagar: 120,00 (Cento e Vinte Reais)

Materia Locado: CAD ROD LEBLON AZUL-000492

Quadro 5

Das Condições Gerais

Quadro 6

Cláusula 1ª PROPRIEDADE DO MATERIAL - O material descrito no Quadro 5, objeto da locação, efetivo ou substituído, é de propriedade da LOCADORA e encontra-se em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, o qual o LOCATÁRIO declara ter recebido e se compromete a devolvê-lo ao término do aluguel, nas mesmas condições em que o recebeu, salvo o desgaste pelo uso natural.

Cláusula 2ª DA VIGÊNCIA - O contrato vigorará conforme prazo determinado no Quadro 3 e suas prorrogações.

Cláusula 3ª DO VALOR DO ALUGUEL - O valor do aluguel previsto no Quadro 4 será pago antecipadamente, quando da entrega do material. Havendo prorrogação o LOCATÁRIO deverá quitar o valor referente ao próximo período no 1º dia da nova data aprazada, conforme valor ajustado no Quadro 4.

Parágrafo Único - O valor constante no Quadro 4 será reajustado anualmente tomando por base o IGPM, ou na falta deste outro que venha substituí-lo.

Cláusula 4ª O valor da locação determinado no Quadro 4 é preço definido exclusivamente para a utilização do material, não estando coberto neste valor custos pela perda, furto, roubo, dentre outros motivos que possam causar prejuízo à LOCADORA, devendo o LOCATÁRIO arcar com as despesas pertinentes.

Cláusula 5ª DA INADIMPLÊNCIA - Nos casos de atraso ou não pagamento do aluguel, ficará sujeito o LOCATÁRIO ao pagamento de multa no valor da locação diária multiplicado pelos dias de atraso.

Cláusula 6ª DA DEVOLUÇÃO ANTES DO PRAZO - Ocorrendo a devolução do material antes do prazo ajustado no Quadro 3, o LOCADOR não devolverá a quantia já paga pelo LOCATÁRIO, pois a mesma servirá para cobrir as despesas administrativas.

Cláusula 7ª O material ora locado é de propriedade da LOCADORA e permanecerá nesta condição durante e após a vigência do presente contrato.

Cláusula 8ª RESPONSABILIDADES - A LOCATÁRIA, uma vez na posse do material, fica responsável pela sua proteção, se comprometendo a não destruir ou danificar o material.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de eventual incidente que resulte na perda total do material, o LOCATÁRIO obriga-se a restituir a LOCADORA um material novo idêntico ao ora locado, ou caso o referido modelo não seja mais fabricado outro material novo com as mesmas especificações do material sinistrado.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade do LOCATÁRIO pelo aluguel e demais obrigações legais e contratuais só terminará com a devolução definitiva do material hospitalar e quitação de todo e qualquer débito devido pela locação, bem como consertos e reparos necessários.

Cláusula 9ª Nenhuma modificação e/ou conserto será feita no material hospitalar sem a autorização prevista e escrita da LOCADORA.

Cláusula 10ª Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza-CE, para dirimir quaisquer dúvidas e ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para as finalidades de direito.

JUAZEIRO DO NORTE-CE, 02 de JANEIRO de 2017

Locador(a)

Locatário(a)

Testemunhas

CPF:

CPF:

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MATERIAIS E OUTRAS AVENÇAS

Locador: SHOPPING PRO HOSPITAL
 Endereço: AVENIDA PADRE CICERO, 2744 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE
 CEP: 63.041-140
 CNPJ: 00.291.784/0007-40
 Fone(s): 8835713151 8835712411
 Número: 014338



Locatário: LIDIANE MARIA DE SOUSA SANTOS CPF/CNPJ: 829.033.443-53 Quadro 2
 Endereço: RUA SAO BENTO, 1125 TRIANGULO JUAZEIRO DO NORTE-CE
 CEP: 63.020-050 Fone(s): 8835112623 8888064095

Prazo da Locação: 2 Dias Início: 28/11/2016 Término: 30/11/2016 Quadro 3
 Prorrogação: Caso o material não seja devolvido na data aprazada, considera-se o contrato prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos períodos, exceto no caso de prorrogações solicitadas pelo LOCATÁRIO e autorizadas pelo LOCADOR.

Valor da Locação Diária: 5,00(Cinco Reais) Quadro 4
 Valor Total da Locação: 10,00(Dez Reais)

Materia Locado: CAD ROD TAIBA CINZA-000557 Quadro 5

Das Condições Gerais Quadro 6

Cláusula 1ª PROPRIEDADE DO MATERIAL - O material descrito no Quadro 5, objeto da locação, efetivo ou substituído, é de propriedade da LOCADORA e encontra-se em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento, o qual o LOCATÁRIO declara ter recebido e se compromete a devolvê-lo ao término do aluguel, nas mesmas condições em que o recebeu, salvo o desgaste pelo uso natural.

Cláusula 2ª DA VIGÊNCIA - O contrato vigorará conforme prazo determinado no Quadro 3 e suas prorrogações.

Cláusula 3ª DO VALOR DO ALUGUEL - O valor do aluguel previsto no Quadro 4 será pago antecipadamente, quando da entrega do material. Havendo prorrogação o LOCATÁRIO deverá quitar o valor referente ao próximo período no 1º dia da nova data aprazada, conforme valor ajustado no Quadro 4.

Parágrafo Único - O valor constante no Quadro 4 será reajustado anualmente tomando por base o IGPM, ou na falta deste outro que venha substituí-lo.

Cláusula 4ª O valor da locação determinado no Quadro 4 é preço definido exclusivamente para a utilização do material, não estando coberto neste valor custos pela perda, furto, roubo, dentre outros motivos que possam causar prejuízo à LOCADORA, devendo o LOCATÁRIO arcar com as despesas pertinentes.

Cláusula 5ª DA INADIMPLÊNCIA - Nos casos de atraso ou não pagamento do aluguel, ficará sujeito o LOCATÁRIO ao pagamento de multa no valor da locação diária multiplicado pelos dias de atraso.

Cláusula 6ª DA DEVOLUÇÃO ANTES DO PRAZO - Ocorrendo a devolução do material antes do prazo ajustado no Quadro 3, o LOCADOR não devolverá a quantia já paga pelo LOCATÁRIO, pois a mesma servirá para cobrir as despesas administrativas.

Cláusula 7ª O material ora locado é de propriedade da LOCADORA e permanecerá nesta condição durante e após a vigência do presente contrato.

Cláusula 8ª RESPONSABILIDADES - A LOCATÁRIA, uma vez na posse do material, fica responsável pela sua proteção, se comprometendo a não destruir ou danificar o material.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de eventual incidente que resulte na perda total do material, o LOCATÁRIO obriga-se a restituir a LOCADORA um material novo idêntico ao ora locado, ou caso o referido modelo não seja mais fabricado outro material novo com as mesmas especificações do material sinistrado.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade do LOCATÁRIO pelo aluguel e demais obrigações legais e contratuais só terminará com a devolução definitiva do material hospitalar e quitação de todo e qualquer débito devido pela locação, bem como consertos e reparos necessários.

Cláusula 9ª Nenhuma modificação e/ou conserto será feita no material hospitalar sem a autorização prevista e escrita da LOCADORA.

Cláusula 10ª Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza-CE, para dirimir quaisquer dúvidas e ou litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma para as finalidades de direito.

JUAZEIRO DO NORTE-CE, 28 de NOVEMBRO de 2016

Locador(a)

Locatário(a)

Testemunhas

CPF:

CPF:



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Nome: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO
 _____, brasileiro(a), estado civil: _____, profissão: _____
 _____,
 portador de cédula de identidade de nº 20075591531
 e inscrito (a) no CPF sob o nº 673.544.243-15, residente e
 domiciliado(a) à _____, nº

_____,
 bairro _____, município de _____
 _____, UF _____, CEP _____, declaro que não posso suportar as
 despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu
 próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do
 benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no
 sentido legal da aceção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que
 estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada
 no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo presente.

Juazeiro do Norte - CE, aos 06 de Junho de 2017.

Jorge Luiz R. Lourenço
 DECLARANTE



LR
LIMA LOBO & RIBEIRO
ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

JORGE LUIZ KAMALHO LORENÇO, brasileiro
(a), estado civil: _____ profissão: _____
portador de cédula de identidade de nº _____
20075591531, e inscrito (a) no CPF sob o nº _____
673.544.243-15, residente e domiciliado(a) à _____ nº _____
bairro _____, município _____ de _____
UF _____, CEP _____, e-mail _____

OUTORGADOS: **JOÃO RIBEIRO COSTA NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Ceará, sob o n. 36.580 e **GLAIRTON JOSÉ LIMA JÚNIOR**, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Ceará, sob o n. 36.614, com endereço profissional à Rua Boa Vista, 433, Centro, com CEP 63010-464, Juazeiro do Norte – CE, onde recebem avisos de estilo.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o outorgante acima qualificado nomeia(m) e constitui(em) seus bastantes procuradores para o foro em geral com a cláusula *ad judicium et extra*, e, especialmente para, onde com esta se apresentar, de defender o outorgante em qualquer ação em que o mesmo seja direta ou indiretamente interessado, como autor, réu, assistente, oponente, litisconsorte ou de qualquer outro modo interessado em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor ações, acompanhando-as em todos os seus termos, variar e desistir de ações, contestar, transigir, receber e dar quitação, firmar compromisso, acordar, discordar, produzir meios de provas admitidos em direito, reconvir, opor embargos, fazer e assinar requerimentos e documentos necessários, requerer medidas preparatórias e preventivas, representar o outorgante perante autoridades administrativas ou judiciais, praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento deste mandato, interpor recursos legais, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante com finalidade específica para requerer seguro DPVAT, a que tem direito o outorgante.

Juazeiro do Norte – CE, 06 de Junho de 2017.

Jorge Luiz K. Lorenci



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE



Data - Hora
12/6/2017 - 15:15

Termo de Registro e Autuação



Não possui autuação

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo

Protocolo Único	51231-86.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr. Volumes	1
Natureza	CÍVEL
Juiz Gratuito	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes

Nome

Requerido : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A
Requerente : JORGE LUIZ RAMALHAO LOURENÇO
Rep. Jurídico : 36580 - CE JOÃO RIBEIRO COSTA NETO
Rep. Jurídico : 36614 - CE GLAIRTON JOSÉ LIMA JÚNIOR

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 12 de Junho de 2017

Responsável

JUNTADA
Aos 21/06/2017, Junta
dos presentes autos e(s) a(s)
petição adiada visto

Diretor de Secretaria

CLs-2-2

**MERITÍSSO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO
DO NORTE-CE**



PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
FÓRUM DES JUVÊNCIO SANTANA
COMARCA DE JUAL DO NORTE-CE
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL

RECEBIDOS EM 19/10/2017

AS 11:30hs. [Signature]



PROCESSO Nº 51231-86.2017.8.06.0112/0
REQUERENTE: JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT
OBJETO: MODIFICAÇÃO DA EXORDIAL

JORGE LUIZ RAMALHO LOURENÇO, brasileiro, solteiro, portadora de cédula de identidade RG de número 20075591531, inscrito no CPF sob o número 673.544.243-15, residente e domiciliado à Rua São Bento, nº 1125, bairro Franciscanos, com o CEP de número 63180-00, na comarca de Juazeiro do Norte-CE, vem, por intermédio do

1
João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/CE 36.580



seu Patrono Judicial, que a esta subscreve (procuração anexa), com o devido acatamento e respeito, apresentar **MODIFICAÇÃO À PETIÇÃO INICIAL**, nos termos a seguir:

1. DA POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO:

Nos termos do artigo 329¹ do Código de Processo Civil, o autor poderá modificar o pedido e a causa de pedir da sua exordial, independente do consentimento do réu, até a citação. Diante a não ocorrência da mesma, tendo em vista a ausência de ciência em relação a parte promovida, pede a modificação certa da exordial, nos pontos a seguir:

- 1) Seja completamente modificada a causa de pedir expressa, seja ela a próxima e a remota, considerando ser os Fatos e os Fundamentos Jurídicos;
- 2) Bem como, seja considerada a total modificação dos Pedidos;

Tudo isso conforme texto expresso abaixo. Frisa-se, não deverá ser considerado o expresso inicialmente na exordial, deverá o presente feito ser pautado na causa de pedir e pedidos apresentados abaixo. Pede, portanto, o deferimento neste sentido.

2. DOS FATOS:

¹ Art. 329. O autor poderá:

I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.

2
João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/RJ 36.598

O promovente, em 25/11/2016, foi vítima de acidente automobilístico, ocorrido nesta *urbe*, nas proximidades da Avenida Padre Cícero, bairro São José, consoante Boletim de Ocorrência anexo.

Como consequência do sinistro, o demandante veio a sofrer diversas lesões, notadamente em seu joelho, conforme demonstram os laudos e atestados médicos anexos, necessitando ser submetido a um procedimento cirúrgico incisivo.

Resta caracterizado, desta forma, a lesão no membro inferior sofrido pelo promovente, em decorrência do acidente automobilístico em análise. Desta forma, é cediço o recebimento do Seguro DPVAT, a título indenizatório, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), o que corresponde a 70% do valor total expresso na tabela anexa ao artigo 3º da lei 6.194/74.

Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, o qual restou devidamente instruído, o Autor recebeu apenas a quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos), ou seja, menos de 70% do valor total, de acordo com a tabela fixada em lei.

Ocorre que o Autor faz jus ao pagamento de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), ou seja, 70% do valor total, uma vez que teve uma clara fratura em um dos seus membros inferiores, de acordo com os documentos médicos ora juntados.

Ressalta-se os valores mencionados, tanto o efetivamente pago, quanto a diferença ora postulada, encontram-se desatualizados, já que não sofreram nenhuma correção desde a sua fixação, com a edição da Medida Provisória n. 340/06, situação que merece reparo por parte deste Juízo.

Logo, diante da decisão da Seguradora Ré, busca o Autor a condenação daquela ao pagamento da quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), considerando que o valor total devido deverá ser devidamente corrigido desde o evento



danoso até a data do pagamento, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n. 6.194/74.

3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

3.1. DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO:

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, tem origem no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o qual dispõe, no seu art. 20, alínea l, o seguinte:

Art. 20. Sem prejuízo do disposto em leis especiais, são obrigatórios os seguros de:

[...]

l) danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e por embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não; (Redação dada pela Lei nº 8.374, de 1991)

A Lei n. 6.194/1974, que regulamentou o Seguro DPVAT, no seu art. 3º, elenca as hipóteses cobertas pelo seguro, bem como o valor da indenização em cada caso, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (sem grifo no original)

A Lei n. 11.945/09 acrescentou o § 1º ao art. 3º, definindo os parâmetros para estipular o grau de invalidez e, consequentemente o valor a ser pago.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente



parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Observa-se, desta forma, que para fazer jus à indenização ora pretendida é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: **a)** ocorrência de acidente automobilístico que resulte em lesões corporais; **b)** sequelas decorrentes das lesões que gerem invalidez permanente.

Ressalta-se que o pagamento da indenização independe de quem teve culpa no acidente automobilístico, necessitando, para sua perfectibilização, apenas provas simples das despesas oriundas do sinistro, nos termos do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, veja-se:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

O Autor, após sofrer diversas lesões em acidente automobilístico, após o fim do seu tratamento médico, encontrou-se permanentemente inválido, uma vez que houve claro prejuízo funcional e estético do seu joelho.

Faz jus o Requerente, via de consequência, à indenização no percentual de 70%, conforme tabela a seguir:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	



Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ocorre, todavia, que após realizar requerimento administrativo para o pagamento da indenização, o Autor recebeu apenas R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quando fazia jus ao recebimento de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), uma vez que a invalidez que o acomete corresponde a 70%, consoante disposto na tabela fixada em lei.

Ressalta-se que a invalidez que acomete o Autor atualmente decorre unicamente do acidente automobilístico sofrido, já que aquele, antes do sinistro era pessoa saudável e ativa.

Nesta toada é posição dos Tribunais pátrios:

APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT Preliminar de prescrição afastada no despacho saneador Impossibilidade de reapreciação da questão Matéria preclusa Inteligência dos artigos 183 e 473 do CPC **Acidente que causou invalidez permanente parcial na vítima Comprovação do nexo causal demonstrado por meio de laudo elaborado pelo IMESC** Aplicação da lei vigente à época do acidente (Lei nº 6.194/74,

João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/RN 36.558



com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.441/92) Devendo o pagamento ser proporcional ao grau de invalidez sofrida pela segurada Honorários periciais que deverão ser custeados pela requerida na proporção de 12,5% Sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, do CPC, observando-se o art. 12, da Lei nº 1.060/50 Sentença parcialmente reformada RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP, AC n. 0004708-16.2012.8.26.0506, 27ª Câmara de Direito Privado Relator(a): Ana Catarina Strauch, julgado em 17/03/2015, sem grifo no original)

Ainda:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL COM NEGATIVA DE SEGUIMENTO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. NEXO CAUSAL EVIDENCIADO. ALEGAÇÃO DE LESÃO PREEXISTENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. 1. Embora o termo inicial do prazo prescricional de três anos seja a data do sinistro, o seu curso resta suspenso caso haja pedido administrativo para o pagamento da indenização, ou a consolidação das lesões ocorra em momento posterior. No caso dos autos, em que pese tenha o acidente ocorrido em 03-07-2006, a ciência do caráter permanente da invalidez ocorreu somente em 08-10-2008, data da elaboração do laudo médico complementar produzido pelo DML. Assim, não há falar em prescrição, porquanto a ação foi ajuizada em 03-08-2009, dentro do prazo trienal. Art. 206, §3º, IX, do CC. Prescrição afastada. 2. **Evidenciado nexo entre o acidente de trânsito e a invalidez permanente.** 3. Alegação de lesão preexistente não demonstrada. 4. Ausente qualquer argumento a justificar a modificação do posicionamento adotado, resta mantida a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS, Agravo Nº 70063615686, 5ª Câmara Cível, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 25/03/2015)

Assim, resta amplamente demonstrado que o Autor, após ser vitimado em acidente de trânsito, ficou com sequelas permanentes que lhe causam invalidez.

De outro norte, a justificativa apresentada pela Seguradora Ré para o pagamento a menor da indenização pretendida pelo demandante não encontra qualquer amparo na legislação em vigor e está ferindo frontalmente o direito deste, o que não pode ser permitido por este Juízo.

Neste sentido é o entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.
PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO

7
João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/CE 36.580



REGIMENTAL. **SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE PERÍCIA PARA AVALIAR A EXTENSÃO DA LESÃO. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO. SÚM. 474 DO STJ.**

1. Em homenagem aos princípios da economia processual e da fungibilidade, devem ser recebidos como agravo regimental os embargos de declaração que contenham exclusivo intuito infringente.

2. **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Súmula n. 474 do STJ.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, EDcl no REsp 1301759 RS 2012/0001869-7, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, julgado em 11/02/2014, sem grifo no original).

Logo, tendo o Autor demonstrado, de forma ampla e eficaz, que sofre de invalidez permanente decorre de acidente automobilístico, bem como diante do pagamento a menor realizado pela Seguradora Ré, merecem os pedidos daquele amparo da Justiça.

3.2. DA CORREÇÃO MONETÁRIA:

Muito embora a indenização do seguro DPVAT não seja recomposta nominalmente pela correção monetária, o prêmio do seguro DPVAT vem evoluindo anualmente, em irrazoável e desproporcional tratamento.

Permitir tal distorção e não intervindo o Judiciário para recompor as perdas monetárias que reduzem a indenização, haverá enriquecimento sem causa das seguradoras com enorme prejuízo aos segurados.

Lembrando que a Lei n. 6.194/74, em sua primeira redação, vinculava a indenização ao valor do salário mínimo vigente (40 salários mínimos), em procedimento cuja constitucionalidade, inclusive, chegou a ser questionada nos Tribunais.

Com as modificações implementadas pela Medida Provisória n. 340/06 (posteriormente convertidas na Lei n. 11.482/07), a indenização do seguro DPVAT passou a ter valor certo (ainda que proporcional à lesão), com limite máximo de até R\$13.500,00.

8
João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/CE 36.580



Ao tempo da implementação da legislação antiga, não havia preocupação quanto à correção monetária do valor indenizatório porque a indenização era calculada com base no valor do salário mínimo vigente à época do sinistro (com correção monetária a partir da conversão do valor indenizatório em pecúnia).

Com a alteração legislativa, entretanto, a adoção do valor abstrato previsto na lei - R\$13.500,00 - sem a recomposição do valor monetário, importará em corrosão do total indenizatório pelo processo inflacionário que, apesar de mínimo segundo o Governo Federal, ainda existe.

É possível visualizar a disparidade entre os valores pagos a título de indenização e o prêmio pago corrigido anualmente por categoria e tipo de veículo:

CATEGORIA	2006	2015	VARIAÇÃO
Auto/Camioneta	R\$ 76,37	R\$ 105,65	+27,72%
Micro ônibus/Ônibus	R\$ 289,91	R\$ 396,49	+26,88%
Motocicleta/ Motoneta	R\$ 138,17	R\$ 292,01	+52,68%
Caminhão/ Trator	R\$ 82,01	R\$ 110,38	+25,70%

Não é razoável conceber que o valor da indenização permaneça *ad eternum* estagnado, enquanto os valores dos prêmios são reiteradamente corrigidos, considerando, principalmente, que aquela se trata de um instituto para minorar ou acalantar a vítima já penalizada pelo acometimento de um sinistro.

Assim, é preciso atualizar monetariamente o valor previsto na lei, recompondo-o sem ofender o princípio da separação dos poderes, notadamente porque o Legislativo, ao editar a Lei n. 6.194/74 em sua novel redação, convalidando a Medida Provisória 340/06, não previu forma de atualização do valor indenizatório e o Executivo, majorando exclusivamente o prêmio, só faz aumentar a desigualdade entre o dever (pagar o prêmio) e o direito (receber a indenização) do segurado.

9
João Ribeiro Costa Neto
ADVOGADO
OAB/CE 36.580



Neste sentido foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos repetitivos:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária.
2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei.
3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF).
4. **Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.**
5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso.
6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO" (REsp n. 1.483.620/SC, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, sem grifo no original)

Logo, omissa a lei acerca da paridade do valor do prêmio com o valor indenizatório, deve este ser atualizado desde a data do evento danoso até o efetivo pagamento, evitando-se sua desvalorização monetária.

3.3. DA JUSTIÇA GRATUITA:

O autor não possui condições de arcar com os custos de uma demanda judicial sem prejuízo da sua subsistência, como pode ser comprovado por declaração de hipossuficiência, assinada pelo mesmo, em anexo.

Vale mencionar que esta declaração de pobreza tem presunção de veracidade *juris tantum*, ou seja, o ônus para desconstituir tal fato pertence a parte contrária, devendo, caso queira impugnar a concessão de tal benefício, demonstrar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade do beneficiário.



É neste sentido o entendimento do Tribunal do Justiça do Ceará, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE JURIS TANTUM. PROVA EM CONTRÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA OUTRA PARTE. RECURSO PROVIDO. 1. Cuida-se de recurso de apelação, no qual a recorrente postula a reforma da sentença proferida, para ver concedido os benefícios da justiça gratuita, com ao processamento regular do feito, alegando, em suma, que houve equívoco, pois não dispõe de condições de arcar com as custas sem comprometer o sustento de sua família. 2. O caso é simples e prescinde de maiores debates. 3. **De início, registre-se que a declaração de pobreza tem presunção de veracidade juris tantum, ou seja, é direito estabelecido em lei, mas admite prova em contrário.** E nesse contexto, cabe à parte adversa o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade do beneficiário. 4. Dessa maneira, primado nos princípios constitucionais, em especial o do acesso à justiça, basta a mera declaração de hipossuficiência do interessado para que o mesmo receba os benefícios da justiça gratuita, sendo ônus da outra parte a prova em contrária da situação de miserabilidade, através da adequada proposição da impugnação à gratuidade, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei nº 1.060/50, o que de fato não ocorreu nos presentes autos. 5. Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por votação unânime, em conhecer do recurso interposto, para dar-lhe provimento, em conformidade com o voto do eminente relator. Fortaleza, 4 de novembro de 2015 FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator (TJ-CE - APL: 01489352020128060001 CE 0148935-20.2012.8.06.0001, Relator: CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 04/11/2015)

Desta forma, diante da comprovação da hipossuficiência do requerente, por meio de declaração anexa, pede a concessão da justiça gratuita nos moldes do artigo 4º, § 2º da lei de nº 1.060/50, bem como, o respeito ao precedente obrigatório colacionado, como determina o artigo 927² do Código de Processo Civil.

² Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

- I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- II - os enunciados de súmula vinculante;
- III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

4. DOS PEDIDOS:

Ante todo o exposto, requer de Vossa Excelência sejam julgados procedentes os seguintes pedidos:

a) o recebimento da presente petição e o deferimento do benefício da Justiça Gratuita, uma vez que o Autor não tem condições de arcar com as custas judiciais, condição que expressamente declara (declaração de hipossuficiência anexa);

b) seja determinada a citação da Seguradora Ré, via AR, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar defesa aos termos da presente demanda, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

c) seja a Seguradora Ré condenada ao pagamento do montante de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), valor correspondente à 70% do valor total, quantia sobre a qual deverá incidir correção monetária desde e juros desde o sinistro;

d) a condenação da Requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais, no patamar de 20% sobre o valor da condenação.

e) requer seja oportunizado a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, em especial prova pericial e documental.

f) informa, por fim, não ter interesse na realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do art. 319, VII, do CPC.

Protesta provar por todos os meios admitidos em Direito, em especial, prova documental e depoimento pessoal.

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;
V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.



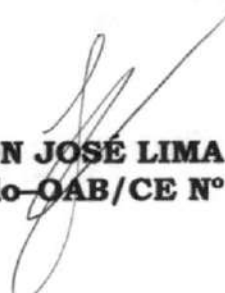
Dá à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes termos,

Pugna-se pelo deferimento,

Juazeiro do Norte, 16 de junho de 2017.


JOÃO RIBEIRO COSTA NETO
Advogado-OAB/CE Nº 36.580


GLAIRTON JOSÉ LIMA JÚNIOR
Advogado-OAB/CE Nº 36.614



(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização



Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170178351 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA-Filial Fortaleza-CE**BENEFICIÁRIO** JORGE LUIZ RAMALHO LOURENCO**CPF/CNPJ:** 67354424315**Posição em 07-06-2017 17:00:02**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
31/05/2017	R\$ 7.087,50	R\$ 0,00	R\$ 7.087,50

ACESSIBILIDADE

</Pages/Acessibilidade.aspx></Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)[Documento Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)[Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO


[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

CONCLUSOS ao MM. Dr. João de
Faria em 21/06/2017
O(A) Diretor(a):

CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 51231-86.2017.806.012/0
Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL, foi
auditado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação
física, cuja última folha possui a
numeração 70, passando a
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 14 de MAIO de 2016.

Servidor/matricula: 

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0051231-86.2017.8.06.0112**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
Requerente e **Jorge Luiz Ramalaho Lourenço e outro**
Requerido:
:

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 17 de setembro de 2018.

Francisco José Mazza Siqueira
Juiz



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0051231-86.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente e **Jorge Luiz Ramalaho Lourenço e outro**
 Requerido:
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 20 de setembro de 2018.

Antonio Barbosa de Sena
Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0051231-86.2017.8.06.0112**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Jorge Luiz Ramalaho Lourenço**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, haver designado nos autos em epígrafe **Audiência de Conciliação para o dia 11/Março/2019, às 9:00 horas**, a se realizar neste Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Juazeiro do Norte, no Fórum local.

O referido é verdade. Dou Fé.

Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.

Ana Clécia Augusto Leite Carneiro
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0155/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
João Ribeiro Costa Neto (OAB 36580-X/CE)	D.J
Glairton José Lima Júnior (OAB 36614-X/CE)	D.J

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334, §3º do CPC), bem como estes, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 11/MARÇO/2019, ÀS 09:00 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 17 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0051231-86.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jorge Luiz Ramalaho Lourenço**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do Dr. Francisco José Mazza Siqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, conforme disposto no **art. 334 do Código de Processo Civil**, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial, e despacho **fls. 82** seguem anexas por cópia, sendo parte integrante desta carta, bem como sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** designada para o **dia 11/MARÇO/2019 às 09:00 HORAS, na sala de audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CE, no Fórum Local, sito na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, nesta urbe**, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (**art. 334, §10, do CPC**) e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 (QUINZE) DIAS**, contar-se-á conforme o **art. 335 do mesmo Código**, podendo o promovido alegar em sua peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (**art. 336 do CPC**), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, no termos do **art. 341 do CPC**, ficando, ainda, advertido que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA (ART. 344 DO CPC)**.

Fica, outrossim, V. Sa. **ADVERTIDA** que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até **2%** (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §§ 4º e 8º do CPC**). Ademais, as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos (**art. 334, § 9º do CPC**).

Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.

Antonio Barbosa de Sena
Supervisor de Unidade Judiciária
 Assinado por Certificação Digital¹

Sr(a). Representante Legal da
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT
 Rua da Assembléia, 100, 16º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20011-000

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abriar a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.